

Investigação sobre Mulher e Género no Centro de Estudos Africanos

Isabel Maria Casimiro e Ximena Andrade

Centro de Estudos Africanos

Sumário

Os estudos sobre as relações sociais entre mulheres e homens – das relações de Género – começaram a ganhar corpo a partir de finais da década de 60 nos países de língua inglesa – onde foi construída a categoria de Género (*Gender*) – mas depressa se expandiram pelo mundo.

Género como categoria analítica, foi e continua a ser o resultado duma interrogação feminista no sentido de esclarecer a subalternidade e subordinação das mulheres no mundo. Trata-se duma procura que caminhou e que continua a caminhar no sentido de interrogações. Não pretendem as suas criadoras feministas o esclarecimento contemplativo por si acerca da discriminação das mulheres. Moveu-as e move-as o desejo de alterar as relações desiguais entre mulheres e homens, no âmbito de construções identitárias que marcam a discriminação entre os seres humanos baseada num poder hierárquico característico do mundo em que vivemos, com o propósito de o transformar.

Em Moçambique os estudos sobre as relações sociais entre mulheres e homens desenvolvem-se em meados da década de 80, afirmando-se na década de 90. Por diversas razões coube ao Centro de Estudos Africanos não apenas dar visibilidade a este novo campo de estudos mas, também, realizar investigação sobre a mulher numa perspectiva de Género. Criou-se sobretudo uma prática de investigação-acção (ainda em construção) que em muito tem influenciado a alteração dos

curricula na UEM, na integração das questões de género nas disciplinas dos cursos do Ensino Superior, na mobilização de mulheres para cursos maioritariamente masculinos¹, no surgimento, desenvolvimento e apoio de associações de mulheres e do movimento de mulheres em Moçambique, na modificação das políticas nacionais e na alteração e formulação de leis não discriminatórias em relação à mulher.

Com este artigo procuramos trazer a história dos estudos de Género no nosso país e realçar o papel que o CEA tem desempenhado a partir de meados da década de 80.

I. Introdução

A partir de meados dos anos 80 começou a desenhar-se, ao nível do Centro de Estudos Africanos, uma linha de investigação sobre estudos da mulher, no âmbito dos projectos existentes, com o objectivo de conhecer a vida da mulher em Moçambique através dos diversos períodos históricos e interligando-a com a vida da mulher em África e no mundo. Pretendia-se analisar o fazer, estar e sentir de mulheres e homens antes da penetração colonial, o impacto do colonialismo na divisão de trabalho entre mulheres e homens, no acesso, controle e partilha de recursos e poder. Era também importante pesquisar o papel da mulher na resistência anti-colonial, nos movimentos nacionalistas, e a sua contribuição quer para a luta armada de libertação nacional dirigida pela FRELIMO, quer no período posterior à independência.

Neste nosso trabalho fomos nos apercebendo que o estudo das relações sociais entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens, atendendo a contextos espaciais e temporais específicos, ou seja, as relações sociais de Género, se revelavam como uma categoria analítica potencial no nosso trabalho de investigação. A experiência de investigação-acção ao nível do CEA e das redes com que se tem

¹ Referimo-nos às disciplinas de Antropologia dos Cursos de História e Linguística da Faculdade de Letras, UEM; a disciplinas em Cursos da UFICS (Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais), UEM; à experiência recente com o Mestrado de Educação, UEM; e ao Projecto “Mulher e Engenharia”, na Faculdade de Engenharia, UEM.

trabalhado, têm manifestado a operacionalidade desta categoria, no entendimento das raízes da discriminação da mulher, no modo como se constrói e se reproduz o feminino e o masculino, como o espaço-tempo doméstico, o espaço-tempo da produção e o espaço-tempo da cidadania têm sido construídos em Moçambique, desde o período colonial até ao limiar do século XXI (Santos 1994).

O trabalho empírico realizado foi gradualmente exigindo uma melhor preparação epistemológica, no sentido de entender a realidade que nos cerca, reconstruir conceitos e metodologias, reconceptualizar os nossos paradigmas científicos, ou seja, produzir conhecimento e não apenas factos a serem trabalhados por outros fora do nosso país.

Apesar de existir ainda em torno desta categoria analítica muito desentendimento e, sobretudo, desconhecimento, esvaziamento e cooptação do seu significado, acabou por ganhar corpo e ser hoje considerada condição *sine qua non* para que uma actividade ou projecto tenha o apoio de organizações doadoras internacionais. O Governo saído das eleições multipartidárias de 1994 propõe-se igualmente, no ponto referente à Juventude, Mulher e Família,

“...introduzir a perspectiva de Género na concepção, análise e definição de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional” (Governo de Moçambique 1994:60).

Depois da aprovação da Plataforma de Acção de Beijing, em 1995, o governo moçambicano elaborou um Plano de Acção Pós-Beijing, onde vêm especificadas as políticas com enfoque de Género em quase todos os Ministérios, tendo-se inclusivamente constituído Núcleos de Género.

Entretanto, como vem acontecendo com outras categorias analíticas potencialmente emancipadoras, a sua utilização entrou no terreno das lutas políticas e académicas, de ocupação de espaços, capitais e poder, tão caros à nossa sobrevivência, acabando por originar o esvaziamento do seu conteúdo de análise e de transformação da realidade desigual e opressiva que nos rodeia, sendo cooptado pelo poder que *sempre* é inteligentemente oportunista. Como refere Kamla Bhasin, “há na questão de Género muito dinheiro mas pouca paixão, existe nela objectividade mas poucas apostas” (citado em Arnfred 1999).

Muitos se interrogam da sua validade ou não, se não se está mais uma vez perante uma categoria importada e assimilada por imperativos de ajuda ao desenvolvimento, de uma categoria alheia à nossa realidade africana e, fundamentalmente, confundem Género com Mulher. Ou seja, falar de Género é o mesmo que falar de Mulher e quem utiliza esta categoria analítica apenas propõe uma inversão de situações – serem as mulheres a deter e exercer o poder a partir de agora como o fazem os homens, sem que se alterem as relações de desigualdade. Paradoxalmente, a categoria Género, que foi utilizada pelos psicólogos e adoptada pelas feministas dos anos 60-70 para fugir à referente biológica da palavra Sexo, é muitas das vezes utilizada como sinónimo de Sexo:

“Sexo é um termo da biologia, Género (gender) emprega-se em psicologia e em relação a processos culturais. Poder-se-ia pensar que estas palavras são simplesmente duas maneiras de considerar a mesma diferença e que se, por exemplo, uma pessoa é de sexo feminino, pertence automaticamente ao género correspondente (feminino neste caso). Mas de facto não é assim. Ser homem ou mulher, menino ou menina, é tanto a maneira de vestir-se, os gestos, a actividade, a rede social e a personalidade como os órgãos genitais que cada um tem” (Oakley 1972).

Por um lado, não podemos esquecer que a utilização do conceito sexo, na biologia, refere exclusivamente a dimensão reprodutiva do ser humano (no par sexo masculino e feminino) e, independente da sexualidade e o seu exercício, que é um ganho humano, convertendo-se numa das instâncias diferenciadoras mais significativas entre os seres humanos e o resto dos mamíferos. Por outro lado, tão pouco podemos esquecer que actualmente a reprodução humana tende a separar-se cada vez mais da própria dimensão natural da biologia, incorporando-se ao âmbito tecno-social da engenharia da reprodução humana.

Qual a importância da categoria analítica de Género? Estamos perante um campo complexo, em mutação, do qual se tem produzido uma vasta literatura. No decorrer da construção deste novo conhecimento, muitas feministas há que não concordam com a sua utilização, outras o empregam com bastante cuidado e/ou numa perspectiva de esclarecimento político e, ainda, há outras que

continuam com as suas interrogações em busca de conceitos e/ou categorias mais operacionais na explicação das desigualdades entre mulheres e homens.

A reflexão sobre as relações de Género ocorreu num momento particular das Ciências Sociais e Humanas, e também no seio do Movimento Feminista a nível mundial, o qual ganha um novo fôlego a partir dos anos 60 do século XX. Entre os anos 60 e 80, as Ciências Sociais e Humanas empreenderam uma grande transformação devido às mudanças ocorridas na situação mundial, que vai coincidir com um período de ressurgimento do Movimento Feminista, nos anos 60. Esta fase do Movimento Feminista, após a II Guerra Mundial, ganhou corpo num momento histórico de grande deslocação ideológica e de perda de perspectiva, tendo ficado mais evidente a necessidade de repensar os paradigmas dominantes no sentido de melhor compreender o mundo para o transformar. A necessidade que as mulheres sentiram de conhecer, compreender e tornar visível a sua vida ao longo da história da humanidade, obrigou a uma revisão das Ciências Sociais e Humanas e dos seus postulados científicos, à construção de objectos a partir de recortes da realidade empiricamente observáveis, e à formulação de hipóteses e de teorias mais próximas do real. Ciências como a Antropologia, a Psicologia, a Psicanálise, a Filosofia e a Linguística, viviam uma grande efervescência epistemológica que acabou por alimentar as inquietações das feministas. Articulado ao nível da Linguística os temas da sociedade, cultura e indivíduo numa nova maneira, estas disciplinas falam de relações e diferenças, de masculino e feminino, de poder e hierarquia, incerteza e questionamento. É aqui que se pode situar a contribuição para a reflexão sobre Género (Pérotin-Dumon 2000: 4 – III Género).

A produção de conhecimento por parte das diferentes correntes do feminismo constitui uma ruptura epistemológica, talvez a mais importante dos últimos 40 anos nas Ciências Sociais (Harding 1988), na medida em que veio perturbar a harmonia do saber – social, científico, político – caucionado pelo paradigma científico dominante, provocando, como bem refere Julieta Kirkwood, desafio, insolência, arrojo, liberdade, desordem (1984:100), que permitiram tirar a venda opressora dos olhos, permitindo uma maior aproximação ao mundo real dos direitos humanos.

Como categoria analítica, Género implica uma série de dimensões de poder e simbólicas – linguagem dos corpos, representação do masculino e do feminino, elemento constitutivo de identidades e subjectividades, articulação micro/macro e as práticas, desafiando a dominação masculina que está inscrita na palavra, nas coisas e nos objectos, nos espaços, nas estruturas mentais, e é a forma como percebemos os outros e está inscrita na forma de usar o próprio corpo.

Signe Arnfred, de nacionalidade dinamarquesa, que tem trabalhado connosco, analisa esta questão num pequeno texto datado de 1999, intitulado “Género e Desenvolvimento: Discussão e Crítica”. Neste texto, Signe refere a conquista do espaço por parte da política Género e Desenvolvimento – a seguir a Mulher e Desenvolvimento – como fruto dos movimentos das mulheres à escala global, sobretudo a partir da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing, 1995. Por todo o mundo elaboraram-se Planos de Acção Pós-Beijing, cujo desempenho foi analisado em 2000. Fica entretanto a questão de como pôr em prática uma política de género sem redefinir a agenda sobre o desenvolvimento. O que vem acontecendo na maioria dos países é a utilização duma nova roupagem, em termos de terminologia, sem que se alterem as relações de poder a nível dos países e entre estes e as organizações doadoras internacionais.

O que se verifica então hoje nas organizações internacionais e nas políticas dos Governos em que a tendência é “*Mainstreaming Gender*”, ou seja, “pôr o Género na moda”?

⇒ Começa a haver um discurso de que Género é uma categoria bem comportada, que já não tem nada que ver com os direitos humanos das mulheres, ou seja, com o feminismo (o mesmo que dizia Albino Magaia no artigo sobre as Misses, no dia 8 de Março de 1988, na Revista Tempo);

⇒ A terminologia é neutralizada por um uso inadequado da categoria Género – especificação por Género ou por sexo passa a ser a mesma coisa, ambos os vocábulos surgem como sinónimos;

⇒ Género acaba por ser uma categoria descritiva de informação estatística entre homens e mulheres;

⇒ Género e Poder entraram na agenda também através do conceito de *empowerment* – mas o que é poder e de que estamos a falar quando nos referimos a poder? Há uma simplificação – Poder é

recurso; Recurso é poder. E as outras dimensões? O poder simbólico? Ficam definitivamente de fora com o discurso da pretendida igualdade nos parâmetros do modelo de poder vigente;

⇒ A mulher é vitimizada – o discurso da acção de algumas correntes do movimento de mulheres, nos últimos anos, acaba por tornar as mulheres vítimas da situação existente, desvirtuando a análise da discriminação a partir dos direitos humanos para a confinar à dimensão mais pura do assistencialismo.

E o que se verifica actualmente no campo académico?

⇒ Os estudos feministas parecem chegar a um estágio superior – surgem desdobramentos teóricos de maior relevância; há mudanças de nível do plano teórico para o metodológico e de acção, e a nível epistemológico o avanço é cada dia mais visível;

⇒ Surge o debate da masculinidade, que começa em finais dos anos 80 nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália, tendo um destaque especial durante a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, no Cairo. Os homens são responsabilizados, em relação a si mesmos, à sua sexualidade e saúde, assim como à das suas parceiras; são igualmente responsabilizados pela violência exercida contra as mulheres, contra outros homens e sobre si mesmos (a tríade da violência dos homens de Michel Kaufman).

II. A Experiência do Centro de Estudos Africanos

O Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) foi concebido em 1988, no Centro de Estudos Africanos, como forma de dar visibilidade aos estudos e pesquisas que se vinham realizando desde meados da década de 80. Os docentes e investigadores nacionais da UEM, sobretudo os formados na área de Ciências Sociais e Humanas começaram logo, a partir dessa altura, a dedicar a sua atenção aos estudos da mulher. Realçamos aqui a investigação sobre “O Mineiro Moçambicano”, “A Questão Agrária em Moçambique”, “A Situação da Classe Operária”, “A Actuação do Estado ao nível dos Distritos”, “O Papel das Cooperativas de Produção e de Consumo”, “A Situação nas Antigas Zonas Libertadas”, entre muitos outros projectos de investigação e consultoria.

A UEM, em conjunto com a Divisão dos Direitos Humanos e Paz da UNESCO, promoveu em 1985 um seminário intitulado “A Mulher na Reconstrução Nacional em Moçambique”, com a participação de diversas instituições governamentais, não-governamentais e sócio-profissionais, que realizavam trabalho e/ou pesquisas sobre a Mulher em Moçambique. Este seminário nacional sucedeu a um conjunto de estudos e seminários organizados pela UNESCO sobre “A participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional e o seu papel e actividades nos países recém-independentes de África”.²

Uma das propostas saídas deste seminário apontava para a necessidade da UEM, assim como outras instituições vocacionadas para o efeito, se organizarem e colocarem as suas capacidades ao serviço da investigação e formação de mulheres, deste modo contribuindo para a sua melhor participação no desenvolvimento do país. Foi também preocupação deste seminário a coordenação dos diversos trabalhos e/ou pesquisas que se realizavam sobre a mulher em Moçambique. Constatou-se a existência de trabalho de investigação realizado e que em muito contribuía para um melhor conhecimento da situação da mulher, mas que infelizmente não era do conhecimento de outras instituições afins e das associações sócio-profissionais.

Após este primeiro balanço do trabalho realizado nesta área, o Centro de Estudos Africanos, que vinha desenvolvendo pesquisa sobre a participação da mulher na Luta Armada de Libertação Nacional através da Oficina de História, iniciou um debate interno, alargado igualmente a outras instituições. Este debate tinha por objectivo encontrar colectivamente ideias para se avançar num trabalho concreto de investigação sobre a mulher.

Em 1989 começa-se a delinear um plano do que seria mais tarde o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) do CEA. Durante este ano, o CEA procurou pessoas interessadas para trabalhar nesta área de pesquisa, tendo recrutado duas estudantes do Instituto Superior Pedagógico (ISP); estabeleceu contactos com a OMM (Organização da

² Em 1983, a Oficina de História do CEA/UEM fez-se representar num encontro em Bissau, organizado pela UNESCO, sobre a participação das mulheres na luta armada de libertação nacional.

Mulher Moçambicana), a União Geral das Cooperativas de Maputo, a AMODEFA (Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família), a Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural (DNDR), os ministérios da Justiça, da Educação, do Trabalho e da Saúde, e a Direcção Nacional de Estatística, a fim de coordenar e planificar actividades conjuntas.

Em 1989 é criado o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), que inicia as suas actividades com o seguinte plano:

- ⇒ Coordenar, a nível de Moçambique, o Projecto “A Situação Legal da Mulher e o Direito a Alimentos” (*Women and Law in Southern Africa Research Project and Maintenance Rights*), 1990-91;
- ⇒ Elaborar uma bibliografia anotada sobre “A Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”;
- ⇒ Formar duas estudantes em assuntos da mulher e género e em organização informática de informação, de acordo com o Programa ISIS;
- ⇒ Estabelecer contactos com organizações governamentais, não-governamentais e sociais moçambicanas, regionais e internacionais;
- ⇒ Realizar projectos de investigação e consultorias de acordo com os objectivos definidos pelo NEM.

Em 1991 concluiu-se que o NEM havia cumprido os objectivos traçados e que, em diversos aspectos, as actividades realizadas e as solicitações surgidas no decurso do trabalho ultrapassaram as expectativas. O volume de trabalho realizado levou a direcção do CEA a propor a passagem do NEM a Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG), uma vez amadurecidos os objectivos e tendo em consideração a necessidade de analisar não apenas a problemática da mulher mas a das relações sociais Mulher/Homem – as relações de género e de poder – em contextos temporais e espaciais determinados. O DEMEG foi-se transformando num ponto de referência para os que estudam ou trabalham nesta área, tendo respondido a solicitações de diversa ordem, entre as quais:

- ⇒ Investigar sobre As Mulheres e a Lei em Moçambique: Mulher e Direito a Alimentos; Mulher e Direito de Sucessão e Herança; Famílias em Contextos de Mudança; Mulher e Administração da Justiça; Violência Doméstica, no período de 1990-2001, no âmbito

do Projecto Regional “*Women and Law in Southern Africa Research Trust*”;

⇒ Participar regularmente nos grupos de trabalho “Mulher no Desenvolvimento” (WID Committee/Grupo de Coordenação Mulher no Desenvolvimento) que se transformou no Fórum Mulher em 1993. O CEA, através do DEMEG, foi eleito para o seu Conselho de Direcção no período 1993-2000;

⇒ Contribuir para a criação da associação MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento em Moçambique), 1991-92;

⇒ Realizar a consultoria “A Mulher em Moçambique”, financiada pela NORAD, através do WID Committee;

⇒ Realizar a consultoria “Inventário de Projectos/Programas/Actividades Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”, financiada pelo PNUD e discutida no WID Committee;

⇒ Realizar a 2ª fase da consultoria “Mulher em situação difícil”, elaborada por José Negrão, financiada pelo UNICEF a pedido da OMM;

⇒ Elaborar a Bibliografia Anotada “Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”, com 555 títulos, 1992;

⇒ Participar na elaboração do Perfil sobre Mulher no Desenvolvimento, a pedido da SARDC, 1997-99;

⇒ Realizar a investigação sobre “Violência Doméstica”, financiada pela Cooperação Suíça, 1997-99;

⇒ Realizar a investigação “Mulher e Autarquias”, financiada pela NORAD, 1998;

⇒ Coordenar o Programa Mulher, financiado pela Cooperação Italiana, Movimondo-Molisv – investigação sobre associações de camponeses na Manhica; organização da biblioteca de género e formação duma pessoa; atribuição de bolsas para estudantes que realizem teses numa perspectiva de género, 1998-2001;

⇒ Coordenar o projecto de investigação “O Impacto Sócio-Económico do HIV/SIDA numa perspectiva de Género – Agregados Familiares e Comunidade nas cidades de Maputo e Quelimane”, solicitado pelo Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social e financiado pelo FNUAP, Julho-Setembro de 2001;

⇒ Levar a cabo o “levantamento e estudo do grau de cobertura na disponibilização do preservativo masculino pelos intervenientes

existentes”, solicitado pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA, Dezembro de 2001-Fevereiro de 2002;

⇒ Elaborar uma “Bibliografia Anotada sobre ‘a Gente Jovem’ e o HIV/SIDA”, solicitada pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA, Fevereiro - Abril de 2002;

⇒ Organizar uma Biblioteca de Género – formação de três documentalistas;

⇒ Participar como membro em organizações moçambicanas, regionais e internacionais.

III. Os Estudos de Género no CEA

Estes treze anos de leituras e de investigação participativa propiciaram debates sobre a categoria de Género, sobre as dinâmicas sociais e as relações entre mulheres e homens, sobre os direitos humanos das mulheres. Dialogou-se com diferentes quadrantes da sociedade, trabalhou-se para o melhoramento das condições de vida das pessoas, focaram-se novas problemáticas, enfrentaram-se tabus, mas sobretudo produziu-se conhecimento nacional. Neste processo foram igualmente surgindo associações de mulheres, tal como a MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento em Moçambique), e o Fórum Mulher – Coordenação para Mulher no Desenvolvimento. Um outro aspecto a considerar está relacionado com a integração da perspectiva de Género nos programas do Governo de 1994 e 1999, com a criação duma Comissão de Assuntos de Género e Ambiente na Assembleia da República, a partir do primeiro parlamento multipartidário, e com a criação de um Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social.

Tomemos como exemplo o Projecto WLSA – Women and Law in Southern Africa Research Project – que funcionou no CEA entre 1990 e finais de Março de 2001.

O Projecto “A Mulher e o Direito na África Austral” foi o primeiro projecto sobre a Mulher e o Direito, numa perspectiva investigação-acção e de género, e com a participação de países da África Austral, em que o Centro de Estudos Africanos esteve envolvido, através do Departamento de Estudos da Mulher e Género.

O Projecto começou a ser concebido num encontro realizado em Nyanga, no Zimbabwe, em 1988, com a participação de mulheres e homens académicos, membros de ONG's e activistas de vários sectores de diversos dos países da África Austral. Neste encontro foram apresentados relatórios sobre a situação legal da mulher, fez-se o balanço da investigação realizada na região, das metodologias e perspectivas de investigação, bem como os desafios para o futuro. Como resultado deste primeiro encontro, foram elaborados temas prioritários, desenhou-se uma pesquisa de carácter regional e comparada, a partir de problemáticas comuns, tendo-se igualmente proposto formas diversas de contacto com possíveis doadores. A partir de 1990 seis países, nomeadamente o Botswana, Lesotho, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe, engajaram-se num projecto regional comparado sobre a Mulher e o Direito a Alimentos na África Austral. A África do Sul e a Namíbia, que haviam tomado parte no encontro preparatório, não puderam participar, devido às sanções internacionais contra o *apartheid*.

A equipa de Moçambique envolveu-se neste projecto consciente dos desafios que ele implicaria. Se é verdade que o Centro de Estudos Africanos reunia um capital científico invejável, acumulado ao longo de quinze anos de actividade de pesquisa e ensino, convém realçar que se tratava duma nova fase na sua história, em que grande parte dos investigadores da *velha guarda*, que haviam ajudado a conceber e a criar o Centro, tinha sido já substituída por jovens recém-recrutados que terminavam os seus estudos. Não havia ainda investigação na área científica legal, os estudos sobre mulher e género mal haviam começado ao nível do Departamento de Estudos da Mulher e Género, e muito poucas pessoas se mostravam interessadas em envolver-se neste novo desafio, já que as questões legais e de género não haviam ainda entrado na luta pela conquista de espaços no campo académico, no activismo das diversas organizações e ao nível do poder do Estado. O movimento associativo com novas características era recente – a nova Constituição, que reconhece o direito à associação, apenas fora aprovada, pela então Assembleia Popular, em Novembro de 1990 – e as organizações não-governamentais no terreno limitavam-se à AMODEFA (Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família), criada em Novembro de 1989, e à ACTIVA (Associação

Moçambicana das Mulheres Empresárias e Executivas), oficializada em Dezembro de 1990. A OMM (Organização da Mulher Moçambicana) era a única organização de mulheres com implantação nacional, mas ligada ao Partido Frelimo, e a UGC (União Geral das Cooperativas), maioritariamente constituída por mulheres da região peri-urbana da cidade de Maputo, funcionava desde 1980, como uma alternativa para resolver os problemas de desenvolvimento das suas cooperativistas.

Convém realçar que este projecto se iniciou com apenas uma investigadora do CEA que pudesse dedicar-lhe uma parte importante do seu tempo, em conjunto com investigadoras associadas, entre as quais duas docentes da Faculdade de Letras e três juristas, duas das quais haviam participado no encontro preparatório de 1988. Esta actividade era articulada ao nível do CEA com outras actividades desenvolvidas no Departamento de Estudos da Mulher e Género, nomeadamente a recolha de documentação sobre a mulher a fim de se elaborar uma bibliografia anotada sobre Mulher no Desenvolvimento em Moçambique, formar duas moçambicanas associadas ao CEA e criar um banco de dados nesta área de trabalho. A equipa do projecto, no quadro da sua perspectiva de acção, esteve sempre muito envolvida com o movimento associativo emergente e prestou também a sua contribuição para a criação de associações, como por exemplo a MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento), e o Fórum Mulher, uma rede de organizações diversas que lutam pela emancipação da mulher.

O trabalho de campo realizou-se em condições extremamente difíceis, uma vez que Moçambique se encontrava ainda mergulhado numa guerra de desestabilização (até Outubro de 1992, quando se assinou o Acordo de Roma entre o Governo de Moçambique e a Renamo), que deslocou cerca de 5 milhões de pessoas – 1/3 da população – e provocou 1 milhão de refugiados em países vizinhos. Não era possível permanecer nos locais de estudo, o que implicou que as equipas fossem obrigadas a deslocar-se todos os dias, após as aulas, e a regressar antes das cinco horas da tarde, por razões de segurança. Nos bairros da cintura peri-urbana de Maputo foi necessário trabalhar também durante os fins de semana, o que criava transtornos aos informadores, devido ao seu envolvimento em tarefas diversas para a

sua sobrevivência, bem como em tarefas sociais ao nível da família e da comunidade. O factor desestabilização foi, pois, um entrave ao eventual alargamento das áreas de estudo na primeira fase do projecto WLSA, em 1990-92.

Um outro desafio era o do sistema legal vigente nos restantes cinco países, e a utilização da língua inglesa como língua de contacto, de pensamento e de elaboração de relatórios, o que obrigou a um esforço sobretudo por parte da equipa moçambicana que, entretanto, tinha os mesmos prazos que os restantes países para a elaboração dos relatórios.

Podemos dizer, volvidos todos estes anos de intenso engajamento no Projecto Regional WLSA, que, apesar de todos estes desafios, a equipa moçambicana se esforçou não apenas por cumprir prazos na elaboração de relatórios em língua portuguesa e inglesa, como também ao nível do desafio epistemológico – concepções e metodologias duma investigação-acção, estudo e contribuição para a perspectiva de género e feminista – e para o desenvolvimento duma investigação interdisciplinar, a partir do envolvimento de investigadores de diversos campos do conhecimento.

IV. O Feminismo Situado: A nossa experiência como mulheres, activistas, docentes e investigadoras (exercício de auto-reflexividade)

Na nossa pesquisa sobre as relações de género desde inícios da década de 80, em Moçambique, temos sido confrontadas com muitas interrogações e poucas certezas. Cada novo trabalho traz algum mal-estar mas, ao mesmo tempo, representa um grande desafio que nos vai permitindo estudar e debater com colegas o nosso quadro teórico e metodológico, novas linguagens para entender e descrever o que se percebe, nova consciência e práticas que são finalmente expressões de cidadania interventiva das mulheres.

A experiência acumulada ao longo destes anos, e o seu confronto com análises e investigações realizadas noutras partes do mundo, permitiu-nos ir construindo maneiras de olhar as diversas realidades que nos rodeiam e nas quais estamos inseridas.

O nosso trabalho de investigação tem sido orientado por uma perspectiva feminista crítica, característica do Terceiro Mundo, que incorpora elementos do feminismo marxista, nacionalista e pós-estruturalista (Mbilinyi, 1992: 46-47), e que se encontra mais perto da terceira vaga do Feminismo, ou seja, dos pensamentos feministas da diferença. Uma destas perspectivas críticas foi desenvolvida a partir da década de 80 por feministas do Terceiro Mundo e, como forma de resistência contra o etnocentrismo ocidental que caracterizava os estudos feministas sobre África, tem como ponto de partida as diferentes experiências de diversos grupos de mulheres nas lutas políticas e, como foco, as relações sociais em análise e acção, nomeadamente as de género, classe, cor da pele, etnicidade e imperialistas; é localizada num país neo-colonizado no quadro do sistema-mundo capitalista; e tem uma posição situada o anti-imperialismo. Baseia-se num conhecimento situado, em que a perspectiva reflecte a nossa vivência, modo de estar e de analisar individual e colectivo, perspectiva marcada pela nossa educação familiar, experiência política, cultural e social, como mulheres, membros de partidos políticos, de associações da sociedade civil, académicas, mães, esposas.

A perspectiva é também marcada pela participação, ao longo dos últimos onze anos, num projecto de investigação, que envolve neste momento sete países da África Austral, sobre o direito e a situação da mulher, projecto que desenvolveu, com base no conhecimento do que se faz um pouco pelos vários países, uma maneira própria de investigar (WLSA, 1997).

Quando investigamos e escrevemos os resultados da pesquisa, estamos também a escrever a nossa história nacional e política, incluindo a nossa história como mulheres e feministas. Estamos, portanto, a escrever uma história muito recente, uma história ainda vivida nas dores e alegrias do quotidiano, num processo de “engajamento”, e “distanciamento”, pessoal e temporal, em que se confunde a nossa vivência política e associativa com a de académicas e investigadoras. Uma vivência que traduz, por vezes, um mal-estar, pela necessidade sentida de estar por dentro dos acontecimentos, vivê-los, desafiá-los e influenciá-los, mas ao mesmo tempo pela convicção de operar em contextos que escapam às análises convencionais. Os

contextos em que se opera em Moçambique obrigam a um permanente reflectir, à procura de formas que traduzam as diferentes maneiras de estar e pensar o mundo, as outras racionalidades e modos de visibilizá-las através de estilos de vida e de discursos, acções e estratégias que se articulam e interpenetram, e que escapam à nossa percepção. Mas também, sem cair na análise fácil de as “encaixar” em concepções e discursos preconcebidos, ou de inventar o já conhecido, sem cair na justificação e no paternalismo. Sem cair, também, na hierarquização e desvalorização destas racionalidades e inteligibilidades, em relação ao conhecimento considerado científico, e remetendo-as à classificação de “o outro” conhecimento.

Esta nossa vivência fragmentada, com diversas identidades, muitas vezes contraditórias e em conflito umas com as outras, representa uma fonte rica para o nosso olhar feminista (Harding, 1987; Mbilinyi, 1992; Mulinari, 1995). É um trabalho que procura incorporar a análise histórica e que é multi e inter-disciplinar, e multi-dimensional, inter-relacional na análise dos aspectos económicos, políticos, culturais e psicológicos. Em termos metodológicos e epistemológicos, esta perspectiva procura, portanto, combinar as esferas subjectivas e objectivas e considerar o processo de trabalho de campo e de escrita como parte do processo de investigação (Harding, 1987; Stanley, 1993; Mulinari, 1995; Amadiume, 1987 e 1997; WLSA, 1997).

Esta perspectiva teórica e analítica foi construída a partir das experiências, desejos, interesses e necessidades de diferentes grupos de mulheres, marcadas pelas variáveis classe, cor da pele/etnia, origem urbana/rural, estatuto, formação, religião, como um indicador significativo em relação às hipóteses apresentadas. Estas experiências de diversos grupos têm em conta que as mulheres não constituem um grupo homogéneo e que as suas vivências são multifacetadas. Como agente social portador de uma multiplicidade de identidades, que não são totalmente fixas e são compostas por uma diversidade de discursos, sentimo-nos em condições de, como activistas e investigadoras, não parecermos como uma voz invisível, anónima, de autoridade, mas como indivíduos reais, historicamente determinados, com vivências, posições, desejos e interesses concretos e específicos. A desconstrução das identidades essenciais é vista, nesta perspectiva que nos orienta, como condição necessária para uma compreensão

adequada da diversidade de relações sociais, o que nos leva a melhor entender a multiplicidade das relações de dominação e de subordinação em que nós, mulheres, estamos envolvidas, deste modo podendo pensar na luta feminista no plural, e em que se poderão aplicar os princípios da liberdade e da igualdade (Harding, 1987; Mouffe, 1996). As nossas crenças culturais e os comportamentos como activistas e pesquisadoras modelam, deste modo, os resultados das nossas análises e são parte da evidência empírica, a favor ou contra as solicitações avançadas nos resultados da investigação (Harding, 1987; Mouffe, 1996).

A perspectiva de género que defendemos parte da análise das relações sociais entre mulheres e homens, e entre mulheres e entre homens, permitindo estudar o modo como são construídas, social e relacionalmente, as identidades femininas e masculinas, e reconhece que a natureza social da hierarquia de género é a condição fundamental para pensar as transformações e recusar que as diferenças entre mulheres e homens sejam naturais. A construção da feminilidade e da masculinidade interrelacionam-se com as variáveis de cor da pele/etnia, classe, origem rural/urbana, formação, estatuto, e a partilha entre poderes, saberes e competências está em permanente renegociação, originando resistências e contestações, mas também a aceitação ou a penetração nos espaços da ordem estabelecida, em diferentes momentos e em contextos espaciais diversos.

Bibliografia

- Alcoff, Linda; e Elizabeth Potter, 1993: *Feminist Epistemologies*. Nova York e Londres, Routledge.
- Andrade, Ximena; Braga, Carla; Casimiro, Isabel; Espling, Margareta; e Temba, Eulália, 1993: “Women and Inheritance Rights in Mozambique”. In: Anna Maria van Schuurman Centrum, *Working Papers on Southern Africa: Women’s Perspectives Workshop*, Utrecht: Universidade de Utrecht, pp. 71-80.
- Andrade, Ximena e Casimiro, Isabel 1996 “Mulher, Género e Desenvolvimento em Moçambique”, (mimeo), 7 pp.
- _____. 1995: “Considerações sobre a Dimensão de Género na UEM”. Comunicação apresentada à 4ª Reunião Anual Consultiva da UEM, Maputo, 2-3 de Março, 8 pp.

- _____. 1994: “Género, Direitos Humanos e Democracia em Moçambique”. Documento apresentado ao Seminário “Promoting a Culture of Human Rights and Democracy in Southern Africa”, organizado pela SADC, Maputo, 7-11 de Fevereiro, 15 pp.
- _____. 1992: “Construindo uma Teoria de Género em Moçambique”. In: *Estudos Moçambicanos*, nº 11/12, Maputo, CEA/UEM, pp. 93-110.
- Andrade, Ximena; Casimiro, Isabel; Liberman, Glória; e Osório, Conceição, 1993: “Preparing a Multidisciplinary Research Program on Gender Issues: Conceptual Frameworks and Using a Multidisciplinary Approach – Experiences from the Centre of African Studies, Mozambique”. Apresentado ao “Workshop Concerning Priorities for Research on Gender Issues in Namibia”, organizado pelo Multidisciplinary Research Centre Unit, Universidade da Namibia, em cooperação com a UNESCO, Windhoek, 1-2 Outubro, Departamento de Estudos da Mulher e Género, CEA, UEM, 19 pp.
- Arnfred, Signe, 1999: “Género e Desenvolvimento: Discussão e Crítica” (mimeo).
- _____. (cd), 1997: *Issues of Methodology and Epistemology in Postcolonial Studies*, International Development Studies Occasional Paper N°15, Roskild: Universidade de Roskild.
- _____. 1995: “Conceptualizing Gender”, International Development Studies, Roskild: Universidade de Roskild.
- Casimiro, Isabel, 2000: “Women of the XXI Century”. Documento apresentado ao Seminário “The woman in the 21st century”, organizado pela OSAK (Oskarshamn Southern Africa Kommitté), Oskarshamn, 25-26 Março. 9 pp.
- _____. 1999: “‘Paz na Terra, Guerra em Casa’. Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique”. Dissertação elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 304 pp.
- _____. 1998: “Implicações duma Perspectiva de Género em Moçambique”, Maputo: CEA/UEM, 6 pp. (Mimeo).
- _____. 1998: “Mulheres: marginalizadas e invisíveis”. In: Carlos Serra (dir), *Estigmatizar e Desqualificar – Casos, Análises, Encontros*, Maputo: Livraria Universitária, pp. 139-176.
- _____. 1998: “Women’s Empowerment and Organisation in Mozambique”. In: Teresa Cruz e Silva e Ari Sitas (eds), *Gathering Voices, Perspectives on the Social Sciences in Southern Africa*, ISA Pre-Congress Volumes (14th World Congress of Sociology, on Social Knowledge: Heritage, Challenges, Perspectives), pp. 115-128.

- _____. 1995: “Frauen in Mosambik” (Mulheres em Moçambique). In: *Der Mosambik Rundbrief* 38, 2/1999 (Julho), pp. 12-15.
- _____. 1995: “Estudos sobre Género em Moçambique”. Documento apresentado ao Seminário “Estatísticas Eleitorais e Género”, organizado pela Direcção Nacional de Estatística: Maputo, 22 de Fevereiro, pp. XXX
- _____. 1994: “A situação geral das Mulheres em Moçambique: problemas culturais, económicos e sociais que inibem a participação da mulher no processo político e eleitoral. A política actual sobre a Mulher por parte do Governo”. In: Luis de Brito e Bernhard Weimer (eds), “O Espaço da Mulher no Processo Multipartidário”. Relatório Final do Seminário, Maputo: Fundação Friedrich Ebert, pp. 14-22.
- _____. 1994: “Political Participation, Democracy and Women’s Rights in Mozambique”. In: Symposium Report – Women Worldwide, From Nairobi to Beijing, International Action and Perspectives. Part III. Amsterdam, pp. 95-102.
- _____. 1994: “Género e Terra em Moçambique”. Documento apresentado à “II Conferência Nacional sobre Terras em Moçambique”, organizada pelo Land Tenure Centre (Universidade de Wisconsin) e pela UEM. Maputo, 25-27 Maio, 12 pp.
- _____. 1994: “Obstáculos e Perspectivas de Investigação em Ciências Sociais no País”. Documento apresentado ao Seminário “Moçambique: Cenários Pós-Eleitorais”, organizado pela MediaCoop. Maputo, 15-16 Dezembro, 10 pp.
- _____. 1990: “Mozambique – Country Status Report”. In: *Women, Law and Development in Africa (WILDAF): Origins and Issues*, Washington DC: OEF International, Women, Law and Development N°4, pp. 95-97.
- _____. 1986: “Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique 1960-74”. Trabalho de Diploma para obtenção do grau académico de Licenciatura em História, Faculdade de Letras, UEM, pp. 191.
- Casimiro, Isabel; Chicalia, Isabel; e Pinto, Ana Pessoa, 1990: “The Legal Situation of Women in Mozambique”. In: Julie Stewart and Alice Armstrong (eds), *The Legal Situation of Women in Southern Africa*. Women and Law in Southern Africa Series, Vol. II, Harare: Zimbabwe Publishing House, pp. 75-96.
- Casimiro, Isabel; Loforte, Ana; e Pinto, Ana Pessoa, 1990: “Women in Mozambique”, Maputo: CEA/UEM/NORAD.
- Correa, Sônea, 1998: “Estudos de Género”. Seminário organizado no âmbito da Assembleia da ABEP, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 20-22 Outubro.
- Eisler, Raine, 1998: *El placer sagrado*. Volume I y II. Santiago: Editorial Cuatro Vientos.

- _____. 1991 *El caliz y la Espada: Nuestra Historia, Nuestro Futuro*, Santiago: Editorial Cuatro Vientos.
- _____. *Especial Fempres*, 1999: "Feminismos Fin de Siglo", Santiago.
- Governo de Moçambique, 1994, *Programa Nacional do Governo*, Maputo: Imprensa Comercial do Índico, Lda.
- Harding, Sandra, 1987: *Feminism and Methodology*, Indiana: Indiana University Press.
- _____. 1986: *The Science Question in Feminism*, Ithaca e Londres: Cornell University Press.
- Haraway, Donna, 1988: "Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective". In: *Feminist Studies*, Vol. 14.
- Imam, Ayesha M.; Amina Mama & Fatou Sow (eds), 1997: *Engendering African Social Sciences*, Dakar: CODESRIA.
- Liberman, Gloria; e Casimiro, Isabel, 1992: "The Challenge of Reconcepualization: Reconceptualizing Research on Women and Law in Mozambique". In: *Women and Law in Mozambique*. Women and Law in Southern Africa Research Project, Harare, pp. 1-16.
- Loforte, Ana, 2000: *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*, Maputo: Promédia.
- Loforte, Ana; e Arthur, Maria José, 1998: *Relações de Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde*, DAA, Faculdade de Letras, UEM/Friedrich Ebert/SAREC. Maputo: Imprensa Universitária.
- Mbilinyi, Marjorie, 1992: "Research Methodologies in Gender Issues". In: Ruth Meena (ed), *Gender in Southern Africa – Conceptual and Theoretical Issues*, Harare: SAPES Books, pp. 31-70.
- Pérotin-Dumon, Anne, 2000: *El Género en la Historia*, Instituto de Historia, Pontificia Católica de Chile. In: <http://www.hist.puc.cl/historia/genero>.
- Rosaldo, Michelle; & Louise Lamphere (eds), 1974: *Women, Culture and Society*, Stanford, Stanford University Press.
- Rubin, Gayle, 1975: "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex". In: Rayna R. Reiter (ed), *Toward an Anthropology of Women*, Nova York e Londres: Monthly Review Press, pp. 157-210.
- Saffioti, Heleieth, 1990: "Rearticulando Género e Classe Social". In: Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (orgs), *Uma Questão de Género*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 183-215.
- Santos, Boaventura S., 1994: *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Scott, Catherine V, 1995: *Gender and Development*, Londres: Lynne Rienner Publishers.

- Scott, Joan, 1991: “Género: Uma categoria útil para análise histórica”, Recife.
- Stanley, Liz (ed), 1993: *Feminist Praxis, Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology*, Londres e Nova York: Routledge.
- WLSA, 2000: *A Ilusão da Transparência na Administração da Justiça*, Maputo: Imprensa Unive’sitária/DEMEG/CEA/UEM.
- _____, 2000: *Direitos Humanos das Mulheres em Quatro Tópicos – Revisão da Literatura*, Maputo: Livraria Universitária/DEMEG/CEA/UEM.
- _____, 1998: *Famílias em Contextos de Mudanças em Moçambique*, Maputo: DEMEG/CEA/UEM.
- _____, 1994: *Direito à Sucessão e Herança: Moçambique*, Maputo: DEMEG/CEA/UEM.
- _____, 1992: *Direito a Alimentos e a Mulher em Moçambique: estudo de caso da região sul*, Maputo: DEMEG/CEA/UEM.